JUSTAPAZ

Centro de Transformação de Conflitos, Governação e Direitos Humanos







Relatório ANUAL

2023

ÍNDICE

Ficha Técnica 3

Introdução 4

Projectos e Atividades 5

Actividades realizadas e alcance dos resultados em cada projecto 5

a) Componente - Governação 6

b) Componente - Acesso à Justiça e Diálogo Inter-Religioso (AJ & DIR).... 7

c) Componente - Direitos Humanos da Mulher e Rapariga 8

Quadro resumo – Grau de implementação do Projecto 1 10

Projecto 2 - Monitoria da Implementação das Recomendações no Processo de Revisão Periódica Universal dos Direitos Humanos em Moçambique (UPR)..... 12

Nivel Local 12

Nível Nacional 14

Nível Internacional 14

Quadro resumo – Grau de implementação do Projecto 2 15

PROJECTO 3 - MINHA VOZ 16

Actividades de emergência no âmbito do ciclone Freddy 17

Quadro resumo – Grau de implementação do Projecto 3 18

ASCUT - Aliança da Sociedade Civil contra a Usurpação da Terra em Moçambique 19

ASCUT - Aliança da Sociedade Civil contra a Usurpação da Terra em Moçambique (cont...) 20

Quadro resumo – Grau de implementação (ASCUT) 21

Demonstração consolidada da execução orçamental do ano 2023 (valores expressos em meticais MZN) 23

Planos Futuros 24

Ficha Técnica

Título: Relatório Anual da JustaPaz 2023
Propriedade: JustaPaz
Coordenação: Horácio Zunguza
Textos: Lúcia Manhice, Horácio Zunguza, Filomena Motiane e Silvana Nhaca
Revisor: Telma Tonela & Jorge Saiete
Fotografias: Horácio Zunguza

Introdução

O presente relatório faz menção das acções levadas a cabo durante o período de Janeiro a Dezembro de 2023 como parte do seu plano trienal 2021-2024.

Deste modo, as actividades foram realizadas nas províncias de Inhambane, Sofala, Zambézia e Nampula, contudo, outras acções foram levadas a cabo noutras províncias em parceria com instituições que trabalham nas mesmas áreas.

Para a concretização das diferentes iniciativas, a JustaPaz basou-se nas parcerias estabelecidas com parceiros de implementação. Este facto, permitiu a realização do planificado em cerca de 98%.
Das várias acções levadas a cabo, destaque vai para a realização pela primeira vez na história do distrito de Funhalouro de uma conferência dedicada exclusivamente para a rapariga. índice

PROJECTOS E ACTIVIDADES

No quadro do seu plano trienal (Junho de 2021 a Junho de 2024) a JustaPaz vem implementando três (3) projectos a saber:

- **Projecto 1** - "Fortalecimento do desenvolvimento da comunidade por meio de abordagens de resolução de conflitos, e empoderamento de mulheres e raparigas fase 1";
- **Projecto 2 -** Monitoria da Implementação das Recomendações no Processo de Revisão Periódica Universal dos Direitos Humanos em Moçambique (UPR);
- **Projecto 3** - Projecto – Minha Voz

Actividades realizadas e alcance dos resultados em cada projecto

Projecto 1 - "*Fortalecimento do desenvolvimento da comunidade por meio de abordagens de resolução de conflitos, e empoderamento de mulheres e raparigas fase*".
O projecto 1 é constituído por 3 componentes e implementa suas actividades em 7 distritos das províncias de Inhambane (Jangamo e Funhalouro), Zambézia (Ile, Molevala e Namacura) e Nampula (Mogovolas e Mossuril).
Cada componente realiza suas actividades atendendo às necessidades específicas do seu grupo alvo.

a) Componente - Governação
A componente tem como objectivo: contribuir para a melhoria da participação dos cidadãos nos processos de governação e desenvolvimento local, por intermédio do empoderamento dos Conselhos Consultivos Distritais (CCDs).
Ao longo de 2023 e através desta componente, apoiamos a realização da primeira e segunda sessões dos Conselhos Consultivos dos distritos das províncias de Inhambane, Zambézia e Nampula.



Trata-se dos distritos de Jangamo e Funhalouro em Inhambane; Ile, Molevala e Namacura na Zambézia e Mossuril e Mogovolas em Nampula.
A acção visa doptar os membros do CCD de conhecimentos sobre o funcionamento deste importante órgão e por conseguinte serem capazes de participar de forma activa no processo de desenvolvimento distrital.



Nas sessões foram abordados temas sobre a representação comunitária, objectivos das sessões, composição e funcionamento do CCD e gestão de conflitos. Fora a isso, importa que as preocupações das comunidades levantadas pelos seus dignos representantes, os membros dos CCDs sejam incorporados nos planos de desenvolvimento distrital. Com efeito, do levantamento feito nas actas das reuniões dos CCDs destes 7 distritos em que o projecto é implementado, foram integrados nos planos do ano 2023, cerca de 37 recomendações refletindo as preocupações das comunidades.
Para além dos membros do CCD, estiveram presentes nestas sessões os Administradores dos Distritos, Secretários Permanentes e os Chefes das Secretarias Distritais. Estas acções, beneficiaram mais de 350 membros dos conselhos consultivos.

b) Componente - Acesso à Justiça e Diálogo Inter-Religioso (AJ & DIR)

A componente tem o objectivo de promover a resolução pacífica de conflitos comunitários e religiosos mediante o empoderamento dos Juízes Comunitários e Líderes Religiosos.

No período em referência foram realizadas 14 debates de troca de experiências direccionadas aos Juízes dos Tribunais Comunitários e igual número para os Líderes Religiosos dos distritos de Jangamo e Funhalouro na província de Inhambane; Ile, Molevala e Namacura na Zambézia e Mogovolas e Mossuril na província de Nampula.



Os debates tinham como objectivo de munir os Juízes comunitários e líderes religiosos de ferramentas básicas de mediação e conciliação de conflitos dentro das comunidades bem como para delinear estratégias de prevenção de conflitos intra e inter - religiosos.

Com o uso dessas ferramentas, muitos casos de conflitos encontram sua resolução localmente, permitindo que as comunidades locais tenham o acesso à justiça e não só, mas também diminuem os casos de conflitos que são enviados para outras instâncias de resolução.



Todavia, nos debates são tratados temas transversais sobre uniões prematuras, gravidezes precoces e outros males que apoquentam a rapariga e não só. Com estes conhecimentos, os juízes comunitários e líderes religiosos orientam sessões de palestras de sensibilização comunitária para que todos estejam empenhados na minimização de problemas sociais com enfoque para o combate as uniões prematuras e violência baseada no género.

Estas acções levadas a cabo por estes grupos contribuíram para que pelo menos 43 casos de conflitos apresentados pelas comunidades fossem mediados, com sucesso.

Dos casos mediados, se incluem os ligados a terra, a violência domestica, a destruição de campos agrícolas por animais domésticos, assim como casos ligados a uniões prematuras.

c) Componente - Direitos Humanos da Mulher e Rapariga

A componente procura empoderar a mulher e rapariga para que estas possam defender os seus direitos no âmbito familiar e escolar.

As acções desta componente cobrem cerca de 250 raparigas de 9 escolas de dois distritos da província de Inhambane; sendo 4 escolas de Jangamo e 5 de Funhalouro.





Um dos objectivos das acções é garantir que as raparigas continuem com os seus estudos e para tal, a JustaPaz através desta componente apoiou cerca de 25 raparigas no processo de matricula, exames de admissão para o ensino técnico profissional, internamento, material escolar, kit de higiene pessoal entre outros. Como forma de incentivar a inserção da rapariga no desporto, a JustaPaz ofereceu equipemneto de futebol 11 as escolas do distrito de Funhalouro.

Importa referir que no âmbito desta componente o distrito de Funhalouro testemunhou pela primeira vez realização de uma conferência da rapariga sob o tema: "***Desafios e oportunidades da rapariga de Funhalouro na realização do seu potencial***".







Este evento representou um momento reflexão sobre os obstáculos que as meninas e adolescentes enfrentam no gozo dos seus direitos, mapear oportunidades de formação à disposição delas e promover a troca de experiência entre os clubes incluindo os do distrito de Jangamo que estava representado por duas professoras que lidam directamente com as raparigas.

Tomaram parte do evento mais de 150 raparigas, directores de escolas, professores, estruturas locais, pais e encarregados de educação e membros da comunidade.
O momento mais alto desta conferência foi a realização de uma partida de futebol onde consagrou-se vencedora a Escola Secundária Eduardo Mondlane de Tome.

Quadro resumo – Grau de implementação do Projecto 1.

Accão/Componente	Grau de Execução das acções planificadas			Acções não planeadas	Total de acções realizadas
Componente Governação	**Planificada**	**Executada**	**% de realização**		
Apoio na realização de duas sessões do Conselho Consultivo (1ª e 2ª) nos distritos de Jangamo e Funhalouro na Província de Inhambane, Ile, Namacura e Mulevala na Província da Zambézia, Mussoril e Mogovolas na Província de Nampula.	14	14	100%	0	14
Realização de duas Capacitações a 350 membros do Conselho Consultivo Distrital, nos distritos de implementação do projecto.	14	14	100%	0	14
Realização de documentário com tema: ***Governação participativa meio de paz e desenvolvimento local.***	01	01	100%	0	01
Realização de monitoria de actividades referente ao período de Janeiro a Junho nos distritos de implementação do Projecto.	01	01	100%	0	01
Realização de monitoria e avaliação das acções desenvolvidas em Jangamo e Funhalouro pelo parceiro PPM.	01	01	100%	0	01
Componente Acesso a Justiça e Dialogo Inter Religioso	**P**	**E**	**% de realização**		
Realizados de dois Debates de troca de experiências com juízes comunitários nos distritos de Jangamo e Funhalouro na Província de Inhambane, Ile, Namacura e Mulevala na Província da Zambézia, Mussoril e Mogovolas na Província de Nampula.	14	14	100%	0	14
Produção de um documentário com o tema: ***Tribunais Comunitários e a promoção no acesso à justiça***,	01	01	100%	0	01
Realização de monitoria de actividades referente ao período de Janeiro a Junho nos distritos de implementação do Projecto.	01	01	100%	0	01
Realização de monitoria e avaliação das acções desenvolvidas em Jangamo e Funhalouro pelo parceiro PPM	01	01	100%	0	01
Apoio à Direcção Nacional da Administração da Justiça (DNAJ) para o mapeamento dos tribunais comunitários a nível da província de Nampula,	0	01	100%	01	01
Realizados dois debates de troca de experiências com Líderes Religiosos nos distritos de implementação do projecto.	14	14	100%	0	14

participou em vários encontros na direcção nacional de assuntos religiosos (DNAR) referentes a preparação das comemorações do dia mundial da fraternidade humana (5 de Fevereiro) e dia da Paz (4 de Outubro).	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no seminário de apresentação dos resultados de avaliação do ambiente legal no contexto do HIV em Moçambique	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Componente Empoderamento da Mulher e Rapariga	**P**	**E**	**% de realização**		
Apoio em material didáctico a 23 raparigas bolseiras (Uniformes, pastas escolares, 10 cadernos para cada, canetas, estojos, material geométrico e outros).	05	05	180%	(04)[1]	09
Três visitas aos seis (6) clubes beneficiários do projecto (abrangendo um total de 240 raparigas) e apoio em kits de higiene as bolseiras durante as visitas.	18	18	100%	0	18
Realização de documentário com o tema: ***Direitos Humanos da mulher e rapariga.***	01	01	100%	0	01
Visita de monitoria interna (avaliação do impacto do projecto)	01	01	100%	0	01
•Realização da Conferência Distrital da Rapariga de Funhalouro abrangendo um total de aproximadamente 160 participantes incluindo o governo local com o tema: ***Desafios e oportunidades da rapariga de Funhalouro na realização do seu potencial***	01	01	100%	0	01

Projecto 2 - Monitoria da Implementação das Recomendações no Processo de Revisão Periódica Universal dos Direitos Humanos em Moçambique (UPR).

O projecto visa contribuir para a promoção da melhoria da implementação das recomendações sobre Direitos Humanos do processo UPR, através da Implementação de acções a 3 níveis nomeadamente: Local (nos distritos de Buzi e Chibabava) implementadas pela Associacao AMPDC, Nacional realizadas pela JustaPaz com apoios diretos a (ASCUT, FMMRPU) e Internacional pela LWF.
Assim, pode se destacar as seguintes realizações e resultados alcançados:

NÍVEL LOCAL:

- Foram realizadas 10 sessões temáticas com os Comités de Gestão de Recursos Naturais (CGRN's) para debater sobre gestão de recursos naturais e abate clandestino de árvores;
- Reconheceu-se legalmente1 quatro áreas comunitárias (associações agro-pecuárias);





Elaborou-se 6 agendas comunitárias das comunidade de Djovo, Inhambinda, Manheche, Buine, Chindo e Nhaboa;

Significa que o Comité de Gestão de Recursos Naturais tem documentos requisitados pelas autoridades para responder como pessoa jurídica, mas ainda não se tem DUAT, está-se em processo de obtenção deste.
Agendas de desenvolvimento comunitário são documentos de consulta por qualquer investidor ou interessado em investir na comunidade. Encontra-se neles o perfil histórico comunitário, mapas de recursos naturais existentes na comunidade, mapa de limites entre as comunidades, horários e percursos na realização das actividades pelas comunidades e o mapa de prioridades para os 5 (anos) seguintes para cada comunidade, entre outras ferramentas associadas. Estas agendas são úteis para a interação comunidade-investidor-investimento.

Agendas de desenvolvimento comunitário são documentos de consulta por qualquer investidor ou interessado em investir na comunidade. Encontra-se neles o perfil histórico comunitário, mapas de recursos naturais existentes na comunidade, mapa de limites entre as comunidades, horários e percursos na realização das actividades pelas comunidades e o mapa de prioridades para os 5 (anos) seguintes para cada comunidade, entre outras ferramentas associadas. Estas agendas são uteis para interação comunidade- investido-investimento.

Com vista a habilitar as raparigas dos clubes e dos centros de recursos assistidos pelo projecto nos dristritos de Buzi e Chibabava província de Sofala, apetrechou-se 2 bibliotecas comunitárias com manuais contendo informações sobre prevenção e combate das uniões prematuras, tráfico de menores e raparigas, exploração infantil, violência basadas no género, lei de terra, direitos humanos, manual de saúde e reprodução sexual, higiene comunitária. Mais ainda, a componente nacional do projecto contribuiu com a brochura sobre uniões prematuras e saúde, este tem ajudado nas actividades de sensibilização comunitária, pois é de fácil percepção e assimilação do seu conteúdo. Ainda, os 4 centros de recursos das raparigas foram petrechados com material de corte, costura e desportivo.





- Produziu-se 2 roteiros com matérias sobre uniões prematuras, tráfico de menores, assédio sexual, violência baseada no género, violência sexual contra rapariga, importância da educação para os jovens adolescentes e empreendedorismo. Estes foram difundidas em forma de 6 debates radiofónicos (3 para cada distrito), nas rádios comunitárias de Búzi e de Chibabava.

.

NÍVEL NACIONAL:

- Apoiou-se a elaboração, harmonização e validação do III plano de acção do Mecanismo de Revisão Periódica Universal (MRPU) do Estado moçambicano;

- Apoio na pesquisa "1° Mapeamento Nacional sobre o Estado dos Direitos Humanos em Moçambique – 2022: no contexto da descentralização, da COVID-19, do extremismo violento e das crises climatéricas em Moçambique";
- Realizou-se 1 campanha de contestação à proposta de Lei de organizações sem fins lucrativos;

- Apoiou-se a elaboração e aprovação da Política Nacional de Terras (RPNT) que reflecte muitas das preocupações contestadas pela sociedade civil;
- O projecto através da ASCUT juntou-se a outras organizações e elaborou uma carta e endereçou-a à Ministra da terra e Ambiente em cópia com a Comissão da Revisão da Política Nacional de Terras (CRPNT) sobre as principais inquietações e recomendações do processo de revisão da lei de terras;
- Produziu e publicou-se 1 posicionamento das OSC's sobre o processo da revisão da lei de terra;
- Produção e publicação de 1 brochura em banda desenhada sobre uniões prematuras, esta foi impressa e distribuída ao grupo alvo;
- Apoio na criação, publicação e divulgação da Comissão Interministerial Para os Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário, (CIDHDIH).

NÍVEL INTERNACIONAL:

- Produziu-se 1 relatório da sociedade civil sobre a participação do Estado moçambicano nos mecanismos africanos de direitos humanos à luz da Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos;
- Fez-se Lobby e advogacia sobre questões dos direitos humanos na 51ª Sessão Anual do Conselho dos Direitos Humanos, no seguimento de monitoria da implementação das recomendações UPR pelo Estado moçambicano.

Quadro resumo – Grau de implementação do Projecto 2

Accão/Componente	Grau de Execução das acções planificadas			Acções nao planeadas	Total de acções realizadas
Nível Local	**Planificadas**	**Executadas**	**% de realização**		
Fortalecer os comités de Gestão de Recursos Naturais (CGRN) legalizados para dota-los de capacidade para negociar com investidores e governos de modo a obter os 20% ou 2.75% provenientes da exploração dos recursos naturais	10	9	90%	10	9
Elaborar agendas de desenvolvimento comunitário como ferramenta de advocacia comunitária	10	6	60%	0	6
Delimitar e legalizar pelo menos 4 comunidades (2 em Chibabava onde será extraído o calcário e 2 em Mutabira - Buzi, por causa dos conflitos existentes entre as comunidades.	5	4	90%	0	4
Organizar 10 workshops sobre técnicas de artesanato (corte e costura).	10	6	60%	0	6
Produzir e difundir 12 debates radiofónicos (1 por trimestre), com as raparigas dos clubes de raparigas.	12	6	50%	0	6
Nível Nacional	**Planificadas**	**Executadas**	**% de realização**	**Acções não planeadas**	**Total de acções realizadas**
Produzir em banda desenhada e em língua local uma brochura ilustrada sobre as uniões prematuras.	01	01	100%	1	1[4]
Participar em diversos encontros no âmbito do Fórum do MRPU-Moçambique.		Executadas	100%	N/A	N/A
Apoiar as actividades interministeriais do governo no âmbito do RPU		Executada	100%	N/A	N/A
Realizar iniciativas complementares de advocacia com outras organizações que trabalham nas mesmas áreas temáticas.		Executada	100%	N/A	N/A
Participar em comemorações de datas regionais e internacionais relevantes (16 dias de ativismo etc.).		Executada	100%	N/A	N/A
Nível Internacional	**Planificadas**	**Executadas**	**% de realização**	**Acções não planeadas**	**Total de acções realizadas**
Apoiar o Fórum do Monitoria do MRPU- Moçambique na apresentação de relatórios sombra aos órgãos do tratado (concretamente no processo de redação e formulação estrutural).	1	01	100%	N/A	N/A
Envolvimento de actores nacionais em mecanismos regionais/da UA de direitos humanos	1	01	100%		01
Advocar para a implementação das recomendações da UPR, através do envolvimento do fórum de direitos humanos da ONU		Executada	100%	N/A	N/A

PROJECTO 3 - MINHA VOZ

Resulta da iniciativa do Fundo Global e conta com o apoio da Her Voice Found. Este projecto procura contribuir para a defesa dos Direitos Humanos próprios das raparigas através de treinamento em habilidades de advocacia e promoção da participação da rapariga nos fóruns de tomada de decisão como conselho da escola e Conselho Consultivo Distrital.

Ao longo de 2023 várias actividades foram realizadas, destacando as seguintes:

- Reativação dos seis (6) clubes de raparigas em 6 escolas dos distritos de Jangamo (Escola Secundária de Nhancoja, Escola Secundária Eduardo Mondlane de Magaissa e Escola Secundária Maria de Lurdes Mutola – Ligogo) e Funhalouro (Escola Secundária Eduardo Mondlane de Tome, Escola Secundaria Samora Machel de Mavune e Escola Secundária Graça Machel);





- Produção de material de visibilidade (6 dísticos) para as seis (6) escolas. O material é uma grande ferramenta de advocacia onde com o seu uso, as meninas têm a oportunidade de fazer sua voz valer na luta por uma sociedade que as ouve, protege, promove e defende os seus direitos.
- Produção de um manual sobre as uniões prematuras que serviu de material de consulta de todas as raparigas dos 6 clubes e só, mas também para outras raparigas que não estão enquandradas nos clubes, bem como para professores das escolas já referenciadas;
- Realização de dois estudos de caso (duas raparigas falaram da sua evolução em função das actividades realizadas no âmbito do projecto);

Actividades de emergência no âmbito do ciclone Freddy

Estas actividades visam garantir que as beneficiárias e mais raparigas sejam treinadas e preparadas para participarem nos espaços de tomada de decisão .

Actividades de emergência no ambito do ciclone Freddy

Para fazer face aos efeitos causados pelo ciclone freddy, o projecto apoiou as vítimas do ciclone Freddy na localidade de Tome, beneficiando 30 raparigas que fazem parte do clube da Escola Secundária Eduardo Mondlane de Tome. O apoio consistiu na construção de 3 casas melhoradas, na compra e entrega de máquina de costura, material de corte e costura, bordado e croché.

Foram ainda comprados 8 cabritos e sementes de horticulas, beneficiando quatro (4) raparigas da Escola Secundária Eduardo Mondlane de Tome.







Quadro resumo – Grau de implementação do Projecto 3

Minha Voz	**Planificadas**	**Executadas**	**% de Realização**	**Acções não planeadas**	**Total de acções realizadas**
Reativação dos seis (6) clubes de raparigas	6	6	100%	0	06
Produção de material de visibilidade (6 dísticos) para as seis (6) escolas –Mensagem: ***"SOMOS FORTES-Lutamos por uma Sociedade que nos ouve, protege, promove e defende os nossos direitos!"***	6	6	100%	0	06
Produção de manual sobre as uniões prematuras	01	01	100%	0	01
Visita aos clubes de raparigas	06	06	100%	0	06
Produção camisetas de identificação;	190	190	100%	0	190
Apoio na realização de assembleias para debate dos clubes e eleição das representantes de cada clube (10 representantes por cada clube)	06	06	100%	0	06
Realização de estudos de caso	02	02	100%	0	02
Raparigas dos clubes participaram em espaços de tomada de decisão e actividades importantes da comunidade (como feriados nacionais)		Executadas	100%	0	N/A
Minha Voz-Emergencia	**Planificadas**	**Executadas**	**% de Realizacao**	**Acções não planeadas**	**Total de acções realizadas**
Apoio em 8 cabritos e sementes de horticulas, beneficiando quatro (4) raparigas da Escola Secundária Eduardo Mondlane de Tome	08	08	100%	(01)[5]	09
Construção de casas melhoradas, beneficiando quatro (4) raparigas	03	03	100%		03
Apoio em material de corte e costura, bordado e croché.		Executada	100%		N/A

ASCUT - Aliança da Sociedade Civil contra a Usurpação da Terra em Moçambique

A Aliança da Sociedade Civil contra a Usurpação da Terra em Moçambique (ASCUT) é uma aliança de organizações da sociedade civil nacionais e internacionais sem fins lucrativos que desenvolvem actividades de advocacia no sector da terra e recursos naturais; agricultura; género e mudanças climáticas; indústria extractiva; e responsabilidade social e corporativa.

A ASCUT tem como objetivo principal maximizar sinergias entre as organizações da sociedade civil membros da aliança, com vista a tornar eficazes as suas acções de advocacia contra a usurpação de terras, de modo a que mulheres e homens usufruam dos direitos de posse, uso e controlo da terra

A Aliança é constituída por organizações que em parte dedicam-se a actividade de advocacia e lobby cuja finalidade passa por influenciar politicas, planos de acção, estratégias e para reduzir o nível de conflitos de terra em Moçambique.
A ASCUT funciona através de um secretariado fixo, com um mandato de 2 anos renováveis, sendo a JustaPaz a actual organização que hospeda o secretariado e faz a gestão programática e financeira das actividades dos projectos ligados a ASCUT, nomeadamente Campanha Comunitária para Inclusão, Prestação de Contas e Transparência na Indústria Extractiva, e Sociedade Civil Unida em Prol da Agenda Comunitária dos Recursos Naturais – SCURN



O programa Sociedade Civil Unida em Prol da Agenda Comunitária dos Recursos Naturais – SCURN (2019-2024) tem como objectivo de ampliar a participação activa e efectiva da sociedade civil na elaboração, implementação e monitoria das políticas públicas em matéria de gestão comunitária dos recursos naturais e combate as causas das desigualdades de género nas províncias de Cabo Delgado, Niassa, Tete, Sofala e Inhambane.

ASCUT - Aliança da Sociedade Civil contra a Usurpação da Terra em Moçambique (cont...)

A Os financiamentos derivam do Programa de Apoio a Actores Não Estatais (PAANE II), da União Europeia (UE) e Governo de Moçambique, e o Projecto está sendo implementado, em parceria com ASCUT/CARE, Kuwuka JDA – Maputo; ACUDES – Inhambane; AMPDC – Sofala; ADEL- Tete; AMA - Cabo Delgado e ROADS - Niassa, através do programa SCURN.
O projecto Campanha Comunitária para Inclusão, Prestação de Contas e Transparência na Indústria Extractiva (2023-2024)" tem como objectivo de aumentar a capacidade das comunidades locais, OCB, OSC para se envolverem activamente na agenda de governação dos recursos naturais como estratégia para aumentar a participação, transparência e responsabilidade na gestão de receitas e alocação de fundos públicos para as comunidades locais que acolhem projectos de indústrias extractivas em Cabo Delgado (Montepuez), Tete (Moatize) e Inhambane (Govuro).



O projecto é implementado pela Associação de Apoio e Assistência Jurídica às Comunidades (AAAJC) em consórcio com a Aliança da Sociedade Civil contra Usurpação de Terra em Moçambique (ASCUT), Associação de Jovens e Amigos de Govuro (AJOAGO), Plataforma Distrital de Montepuez e Rede de Acção Jovem sobre Indústria Extractiva, e conta com o financiamento do SPEED/USAID no âmbito do Portefólio de Governação económica.

Quadro resumo – Grau de implementação (ASCUT)

Accão/Componente	Grau de Execução das acções planificadas			Acções não planeadas	Total de acções realizadas
Projecto SCURN	**Planificada**	**Executada**	**% de realização**		
Organizar retiros e reforço da capacidade relativamente a Indústria extrativa e uso e aproveitamento de Terra, assim como incremento das relações e interações com o legislativo	01	01	100%	0	01
Produção de um vídeo animação sobre indústria extractiva e difusão na televisão	01	01	100%	0	01
Pesquisas sobre abordagens inovativas de funcionamento das redes de OSC e utilização de TIC nas actividades de advocacia	01	01	100%	0	01
Visitas de monitoria do programa	04	04	100%	0	04
Monitoria de politicas, práticas e processos da área de terra		Executada	100%	0	N/A
Estudos sobre a inclusão das OCB nos espaços de consultas comunitária e abordagens inovativas para melhorar a participação e mobilização das comunidades.	01	01	100%	0	01
Encontro de Coordenação do Comité de Pesquisa do SCURN	0	05	100%	05	05
Encontro de Coordenação com o MIREME/CCITIEM	0	01	100%	0	01
Participação na Capacitação aos Fóruns e Plataformas Distritais sobre a Lei de Terras	0	01	100%	0	01
Participação da ASCUT no projecto Investimento Transformativo na Terra (Transformative Land Investiment)	0		Em processo	N/A	N/A
Encontros de coordenação da ASCUT	10	03	30%		03
Participação da ASCUT nas sessões ordinárias e	0	03	100%	03	03

extraordinárias do GRFCT					
Participação no II Seminário Nacional do PAANE II	0	01	100%	0	01
Encontros de concertação das OSC's sobre a Revisão da Lei de Terras	0	02	100%	0	02
Conferência sobre Governação dos Recursos Extractivos e Prevenção de Conflitos – Oportunidades e desafios para uma gestão inclusiva e pacifica dos recursos extractivos em Moçambique	0	01	100%	0	01
Projecto Campanha Comunitária para Inclusão, Prestação de Contas e Transparência na Indústria Extractiva	**Planificadas**	**Executadas**	**% de realização**	**Acções não planeadas**	**Total de acções realizadas**
Realizar workshops e formaçãos	03	02	100%	0	03
Realizar acções de formação sobre instrumentos de defesa e acompanhamento das políticas públicas, em especial no domínio da Indústria Extractiva.	03	03	100%	0	03
Realizar uma reunião com membros da Assembleia Provincial para discutir 2,75% e 20%.	01	01	100%	0	01
Apoiar a entrega do Conselho Consultivo do Distrito de Montepuez, incluindo a participação de representantes das mulheres e dos jovens anteriormente formados por este projeto em matéria de advocacia e monitorização dos recursos públicos (2,75%).	0	01	100%	0	01

Demonstração consolidada da execução orçamental do ano 2023 (valores expressos em meticais MZN)

Título do projeto	N° do Projecto	Parceiro/Doador	Orçamento (MZN)	Receitas/Fundos Recebidos a 31 Dez 2023 (MZN)	Despesas Realizadas a 31 Dez 2023 (MZN)	Nível de Execução (%)
Fortalecimento do Desenv. Da Comunidade por meio de abordagem de transformação de conflitos e empoderamento da Mulher e Rapariga - Fase 1 -	A-MOZ-2021-0176	PPM (Pao para o Mundo)	17 054 340	12 016 150	16 145 510	95%
Monitoria da Implementação das Recomendações no Processo de Revisão Periódica Universal dos Direitos Humanos em Moçambique	A-MOZ-2021-0200	PPM (Pao para o Mundo)	13 838 648	12 552 895	12 312 768	89%
Her Voice Fund	Emergency Response – Freddy Cyclone	Global Network of Young People Living with HIV (Y+)	347 606	347 606	346 728	94%
Her Voice Fund	P06	Global Network of Young People Living with HIV (Y+)	390 193	390 204	398 188	102%
Alianca da Sociedade Civil Contra Usurpacao de Terras - ASCUT	SPEED-G-023-003	DAI - AAAJC	3 790 188	1 316 149	1 413 743	37%
Alianca da Sociedade Civil Contra Usurpacao de Terras - ASCUT - SCURN	SCURN CDNKMZ0068	Care International	3 756 890	3 078 002	2 951 348	79%
TOTAL			**39 177 866**	**29 701 006**	**33 568 284**	**86%**

Tabela execução orçamental 2023

PLANOS FUTUROS

- Desenho da nova proposta do projecto 1 "Fortalecimento do Desenvolvimento da Comunidade por meio de Abordagens de Resolução de Conflitos, e Empoderamento de Mulheres e Raparigas - fase 2)", referente aos próximos 3 anos, Julho de 2024 a Junho de 2027.
- Contínuo aprimoramento e melhoramento dos instrumentos e políticas internas da JustaPaz.
- Contínua busca de novos financeiramentos para fazer face ao défice orçamental para a realização plena das actividades da JustaPaz